**TEXTO E TEXTUALIDADE**

COSTA VAL, M. G.*,* ***Redação e Textualidade.***

S. Paulo, Martins Fontes: 1991.

**1. O que é texto**

Para se compreender melhor o fenômeno da produção de textos escritos, importa en tender previamente o que caracteriza o texto, escrito ou oral, unidade lingüística comunicativa básica, já que o que as pessoas têm a dizer umas às outras não são palavras nem frases iso ladas, são textos. Pode-se definir texto ou discurso como ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal.

Antes de mais nada, um texto é uma unidade de linguagem em uso', cumprindo uma função identificável num dado jugo de atuação sociocomunicativa?. Tem papel determinante em sua produção e recepção uma série de fatores pragmáticos que contribuem para a constru ção de seu sentido e possibilitam que seja reconhecido como um emprego normal da língua". São elementos desse processo as peculiaridades de cada ato comunicativo, tais como: as in tenções do produtor; o jogo de imagens mentais que cada um dos interlocutores faz de si, do outro e do outro com relação a si mesmo e ao tema do discurso“; e o espaço de perceptibilida de visual e acústica comum, na comunicação face a face. Desse modo, o que é pertinente nu ma situação pode não o ser em outra. O contexto sociocultural em que se insere o discurso também constitui elemento condicionante de seu sentido, na produção e na recepção, na me dida em que delimita os conhecimentos partilhados pelos interlocutores, inclusive quanto às regras sociais da interação comunicativa (uma certa "etiqueta” sociocomunicativa, que determi na a variação de registros, de tom de voz, de postura, etc.").

A segunda propriedade básica do texto é o fato de ele constituir uma unidade semânti ca. Uma ocorrência lingüística, para ser texto, precisa ser percebida pelo recebedor como um todo significativo. A coerência, fator responsável pelo sentido do texto, será estudada no pró ximo item.

Finalmente, o texto se caracteriza por sua unidade formal, material. Seus constituintes lingüísticos devem se mostrar reconhecivelmente integrados, de modo a permitir que ele seja percebido como um todo coeso.

De acordo com o conceito adotado, um texto será bem compreendido quando avaliado sob três aspectos:

a) o pragmático, que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacio

nal e comunicativa; b) o semântico-conceitual, de que depende sua coerência; c) o formal, que diz respeito à sua coesão.

**2. O que é textualidade**

Chama-se *textualidade* ao conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma seqüência de frases. Beaugrande e Dressler (1983) apontam sete fatores responsáveis pela textualidade de um discurso qualquer: a *coerência* e a *coesão*, que se relacionam com o material conceitual e lingüístico do texto, e *a intencionalidade, a informati vidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e* a *intertextualidade,* que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo.

Cf. Halliday e Hansan (1978: 1-2). 20 conceito de texto aqui formulado segue, em linhas gerais, o pensamento de Schnidt (1978: 163-187) 3 Cf. Widdowson (1981: 56). 4 Cf. Pêcheux (1969: 16-23). 5 Cf. Gnerre (1985: 22) 6 Cf. Schmidth (1978: 60)

**2.1.**

**Coerência e coesão**

*A coerência* resulta da configuração que assumem os conceitos e relações subjacentes à superfície textual. É considerada o fator fundamental da textualidade, porque é responsável pelo sentido do texto. Envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do *partilhar* de conhecimento entre os interlocutores.

Um discurso é aceito como coerente quando apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do recebedor. Essa questão é fundamental. O texto não significa exclusivamente por si mesmo. Seu sentido é construído não só pelo produtor co mo também pelo recebedor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpreta ção. O produtor do discurso não ignora essa participação do interlocutor e conta com ela. É fácil verificar que grande parte dos conhecimentos necessários à compreensão dos textos não vem explicita, mas fica dependente da capacidade de pressuposição e inferência do recebedor.

Assim, a coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual - o mundo textual – e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso.

*A coesão é* a manifestação lingüística da coerência; advém da maneira como os concei tos e relações subjacentes são expressos na superfície textual. Responsável pela unidade for mal do texto, constrói-se através de mecanismos gramaticais e lexicais.

Entre os primeiros estão os pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a concordância, a correlação entre os tempos verbais, as conjugações, por exemplos. Todos esses recursos ex pressam relações não só entre frases e seqüências de frases dentro de um texto.

Já a coesão lexical se faz pela reiteração, pela substituição e pela associação. A reite ração se dá pela simples repetição de um item léxico e também por processos como a nomina lização (ex.: a retomada, através de um substantivo cognato, da idéia expressa por um verbo, como em adiar*/*adiamento ou promo*v*e*r/*promoção). A substituição inclui a sinonímia, a antoni mia, a hiponímia (quando o termo substituído representa uma parte ou um elemento e o substi tuidor representa o todo ou a classe - ex.: carroça/veículo), e a hiperonímia (quando o termo substituído representa o todo ou a classe e o substuidor uma parte ou elemento – ex.: obje to*/*caneta). Finalmente, a associação é o processo que permite relacionar itens do vocabulário pertinentes a um mesmo esquema cognitivo (por exemplo, se falamos *aniversário,* podemos em seguida mencionar *bolo, velinha, presente*s*,* e esses termos serão interpretados como alu sivos ao mesmo evento). A coerência e a coesão têm em comum a característica de promover a interrelação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pelo que se pode chamar de *conectividade tex tual'.* A coerência diz respeito ao *nexo* entre os conceitos e a coesão, à expressão desse *nexo* no plano lingüístico. É importante registrar que o nexo é indispensável para que uma seqüência de frases possa ser reconhecida como texto. Entretanto, esse texto nem sempre precisa estar explicito na superfície do texto por um mecanismo de coesão gramatical. Vejamos um exemplo:

(1) O Pedro vai buscar as bebidas. A Sandra tem que ficar com os meninos. A Tereza

arruma a casa. Hoje eu vou precisar da ajuda de todo mundo.

Uma fala como (1) é perfeitamente aceitável, tem coerência, faz sentido. Entretanto não apresenta marcadores sintáticos específicos que denotem sua coesão. O nexo entre as frases se constrói não no nível gramatical, mas no nível semântico-cognitivo.

Por outro lado, uma seqüência de frases interligadas por marcadores lingüísticos de coesão que não correspondessem a relações efetivas estabelecidas na estrutura lógico cognitiva subjacente não seria um texto. É possível forjar artificialmente um exemplo para ilus trar (normalmente, a competencia textual intuitiva impede que as pessoas produzam seqüên cias desse tipo):

(2) No rádio toca um rock. O rock é um ritmo moderno. O coração também tem ritmo.

Ele é um músculo oco composto de duas auriculas e dois ventrículos.

7 Cf. Mira Mateus et alii (1983: 186).

Em (2), a presença de recursos coesivos interfrasais (a recorrência deitem lexical assinalada por artigo definido, o articulador *também* e o pronome *ele*) não é suficiente para garantir textua lidade à seqüência, já que ela não funciona como um todo significativo coerente.

Entretanto, é inegável a utilidade dos mecanismos de coesão como fatores da eficiência do discurso. Além de tornar a superfície textual estável e econômica, na medida em que forne cem possibilidades variadas de se promover a continuidade e a progressão do texto, também permitem a explicitação de relações que, implícitas, poderiam ser de difícil interpretação, sobre tudo na escrita.

Nas seqüências (3) e (4) abaixo, por exemplo, o nexo é facilmente recobrável pelo leitor, embora não manifesto na superfície:

Masa

*(*3) A máquina parou. Está faltando energia elétrica. *(*4) Choveu. O chão está molhado.

O mesmo não acontece, porém, com as frases de (5a) a (5f). Nestes casos, se a rela ção pretendida não vier expressa, o recebedor poderá atribuir ao enunciado sentido diferente do que o autor queria, sobretudo se, não se tratando de produção oral, não for possível depre ender as intenções do produtor através da entonação. Veja-se:

*(*5a) Paulo saiu. João chegou. (5b) Paulo saiu assim que João chegou. (50) Paulo saiu, João chegou. (50) Paulo saiu, porque João chegou. (5e) Paulo saiu, apesar de João ter chegado. (58) Se Paulo saiu, João deve ter chegado.

Casos similares a (3) e (4) foram estudados por Insenberg (1986), que os interpretou como possibilidades de "textualização” entre frases assindéticas. O primeiro exemplifica a tex tualização por “conexão causal” (a máquina parou porque está faltando energia elétrica) e o segundo, por "interpretação diagnóstica" (pode-se verificar que choveu pelo fato de o chão es tar molhado).

Ao contrário, os exemplos (5b-f), inspirados em Garcia (1977: 18-20, 262-264), não po dem dispensar a conjunção, porque o nexo conceitual entre as informações é, digamos, mais frouxo e, portanto, de processamento não imediato. Há diferentes possibilidades de articulação e, por isso, a opção por uma delas precisa ser explícita.

Além disso, os recursos coesivos, quando presentes, devem obedecer a padrões pré vios, caso contrário seu emprego será percebido como "infração textual", tornando "irregular" a seqüência em que ocorrem. Alguns dos princípios que orientam o emprego desses recursos serão lembrados mais adiante.

Resumindo o que foi dito, o fundamental para a textualidade é a relação coerente entre as idéias. A explicitação dessa relação através de recursos coesivos é útil, mas nem sempre obrigatória. Entretanto, uma vez presentes, esses recursos devem ser usados de acordo com regras específicas, sob pena de reduzir a aceitabilidade do texto.

**2.2 Os fatores pragmáticos da textualidade**

Entre os cinco fatores pragmáticos estudados por Beaugrande e Dressler (1983), os dois primeiros referem-se aos protagonistas do ato comunicativo: *a intencionalidade* e a *aceita bilidade.*

A *intencionalidade* concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coeren te, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. A meta pode ser informar, ou impressionar, ou alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., e é ela que vai orientar a confecção do texto. (...)

8 Cf. Lang (1973) apud Conte (1977: 104-405).

O outro lado da moeda é a a*ceitabilidade,* que concerne à expectativa do recebedor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e rele vante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor.

Grice (1975, 1978)9 estabelece máximas conversacionais, que seriam estratégias nor malmente adotadas pelos produtores para alcançar a aceitabilidade do recebedor. Tais estra tégias se referem à necessidade de cooperação (no sentido de o produtor responder aos inte resses de seu interlocutor) e à qualidade (autenticidade), quantidade (informatividade), perti nência e relevância das informações, bem como à maneira como essas informações são apre sentadas (precisão, clareza, ordenação, concisão, etc.). Mas é possível que, deliberadamente, o produtor queira apresentar um texto que desrespeite alguma(s) dessas máximas. Tal intenção, reconhecida pelo recebedor, ganhará função signifi cativa e resultará em efeito de sentido importante no jogo interativo. É o que Grice chama de "implicatura conversacional": o recebedor prefere supor que a infração aos princípios conversa cionais seja intencional e tenha alguma significação do que simplesmente aceitar que seu inter locutor possa produzir um discurso impertinente e sem sentido.

Charolles (1978:38) afirma que, em geral, o recebedor dá um "crédito de coerência" ao produtor: supõe que seu discurso seja coerente e se empenha em captar essa coerência, re cobrindo lacunas, fazendo deduções, enfim, colocando a serviço da compreensão do texto todo conhecimento de que ele dispõe.

Assim, a comunicação se efetiva quando se estabelece um contrato de cooperação en tre os interlocutores, de tal modo que as eventuais falhas do produtor são percebidas como significativas (às vezes, o sentido do texto está na sua aparente falta de sentido - cf. a piada), ou são cobertas pela tolerância do recebedor. A margem de tolerância é tanto maior quanto mais conhecido é o assunto e mais informal é a situação. O produtor sabe da existência da tolerabilidade e conta com ela, assim como conta com a capacidade de pressuposição e infe rência do recebedor. Essa “cumplicidade" do recebedor para com o texto é que possibilita que a produção não seja tarefa excessivamente difícil e tensa e, assim, viabiliza o jogo comunicati *v*o.

O terceiro fator de textualidade, segundo Beaugrande e Dressler (1983), é a situaciona lidade, que diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação sociocomunicativa.

O contexto pode, realmente, definir o sentido do discurso e, normalmente, orienta tanto a produção quanto a recepção. Em determinadas circunstâncias, um texto menos coeso e apa rentemente menos claro pode funcionar melhor, ser mais adequado do que outro de configura ção mais completa. Servem de exemplo as inscrições lacônicas das placas de trânsito, mais apropriadas à situação específica em que são usadas do que um longo texto explicativo ou persuasivo que os motoristas sequer tivessem tempo de ler.

A conjunção dos três fatores já mencionados resulta numa série de conseqüências para a prática comunicativa.

Em primeiro lugar, é importante para o produtor saber com que conhecimentos do rece bedor ele pode contar e que, portanto, não precisa explicitar no seu discurso. Esses conheci mentos podem advir do contexto imediato ou podem preexistir ao ato comunicativo. Assim, uma informação aparentemente absurda como o exemplo a seguir, extraído de Elias (1981: 45), fará sentido para quem souber que Maria sofre de problemas gástricos de fundo nervoso e que passa mal sempre que come tensa, preocupada com o horário:

(6) Maria teve uma indigestão embora o relógio estivesse estragado.

Daí vem a noção de coerência pragmática, ou seja, a necessidade de o texto ser reco nhecido pelo recebedor como um emprego normal da linguagem num determinado contexto.

Outra conseqüência da conjugação desses três fatores de textualidade é a existência dos diversos tipos de discurso. A praxe acaba por estabelecer que, numa dada circunstância, tendo-se em mente determinada intenção ilocucional, deve-se compor o texto dessa ou daque la maneira. Assim, há convenções que regem o funcionamento da linguagem na interação so cial e que determinam, especificamente, qual o tipo particular de discurso adequado a cada ato

9 Apud Beaugrande e Dressler (1983: 118-123).

comunicativo. Essa questão é da maior importância para quem trabalha com o ensino de reda ção, pois vem daí o fato de que a textualidade de cada tipo de discurso envolve elementos dife rentes. O que é qualidade num texto argumentativo formal poderá ser defeito num poema, ou numa estória de suspense, ou numa conversa de botequim, por exemplo..

O interesse do recebedor pelo texto vai depender do grau de informatividade. de que o último é portador. Esse é mais um fator de textualidade apontado por Beaugrande e Dressler (1983) e diz respeito à medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, co nhecidas ou não, no plano conceitual e no formal. Ocorre que um discurso menos previsível é mais informativo, porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeita do pelo recebedor, que não conseguirá processá-lo. Assim, o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade, no qual se alternam ocorrências de processamento imediato, que falam do conhecido, com ocorrências de processamento mais trabalhoso, que trazem a novidade.

Para mim, o texto com bom índice de informatividade precisa ainda atender a outro re quisito: a suficiência de dados. Isso significa que o texto tem que apresentar todas as informa ções necessárias para que seja compreendido com o sentido que o produtor pretende. Não é possível nem desejável que o discurso explicite todas as informações necessárias ao seu pro **cess**amento, mas é preciso que ele deixe inequívocos todos os dados necessários à sua com preensão aos quais o recebedor não conseguirá chegar sozinho.

Beaugrande e Dressler (1983) falam ainda de um outro componente de textualidade: a intertextualidade, que concerne aos fatores que fazem a utilização de um texto dependente do conhecimento de outro(s) texto(s). De fato, "um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual ele toma posição" 10. Inúme ros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, que funcionam co mo seu contexto. Isso é verdade tanto para a fala coloquial, em que se retomam conversas anteriores, quanto para os pronunciamentos políticos ou o noticiário dos jornais, que requerem o conhecimento de discursos e notícias já divulgadas, que são tomados como ponto de partida ou são respondidos.

Há aqui uma questão interessante que não é mencionada pelos autores. É que o mais freqüente interlocutor de todos os textos, invocado e respondido consciente ou inconsciente mente, é o discurso anônimo do senso comum, da voz geral corrente. Assim, avaliar a intertex tualidade, em sentido lato, pode significar analisar a presença dessa fala subliminar, de todos e de ninguém, nos textos estudados'. Por outro lado, como esse discurso é de conhecimento geral, pode-se também considerá-lo como informação previsível e avaliar sua presença como elemento que faz baixar o grau de informatividade. Foi essa a minha opção na análise de reda ções que apresento adiante.

Relacionando os conceitos de texto e textualidade, poder-se-ia dizer, em principio, que a unidade textual se constrói, no aspecto sociocomunicativo, através dos fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade); no as pecto semântico, através da coerência; e, no aspecto formal, através da coesão.

É possível, no entanto, repensar esse arranjo, se se considerar que a informatividade e a intertextualidade dizem respeito, também, à matéria conceitual do discurso, na medida em que lidam com conhecimentos partilhados pelos interlocutores. Ao mesmo tempo que contribu em para a eficiência pragmática do texto, conferindo-lhe interesse e relevância, esses dois fato res também se colocam como constitutivos da unidade lógico-semântico-cognitiva do discurso, ao lado da coerência. Assim, poder-se-ia situá-los a cavaleiro, parte no plano sociocomunicati vo, parte no plano semântico-conceitual. Foi dessa maneira que os considerei neste trabalho.

10 Maingueneau (1976: 39), apud Koch (1986: 40). il Para maior aprofundamento, ver Koch (1986) e Guimarães (1986).